

Pagamentos atrasados somente após acordo

por Cristina Borges
do Rio

O Brasil não pagará os atrasados da dívida externa antes de concluído o processo de renegociação com os credores, reafirmou o principal negociador brasileiro, o embaixador Jório Dauster, em palestra promovida ontem pela Associação Comercial do Rio. Ele confirmou as táticas do governo em primeiro negociar com os organismos multilaterais (FMI, BIRD, BID), depois com as agências oficiais de crédito (Clube de Paris) e, por fim, com os bancos comerciais.

As pressões dos bancos comerciais credores para que o Brasil inicie imediatamente o pagamento de parcela dos juros e amortizações em atraso, logo após o fechamento de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), não causarão surpresa ao governo. "Até agora, no entanto", afirmou Dauster, "não houve nenhuma formalização de exigências nesse sentido."

"Quem não paga ao FMI está morto, abandonado na beira da estrada", disse Dauster, lembrando que o acordo com o organismo internacional representa ingresso de dinheiro novo. "O Brasil não tem nenhum desejo de usar os atrasados como arma na renegociação com os credores. Seria uma visão ingênua e simplista", acrescentou ele. O embaixador para Assuntos da Dívida Externa destacou que o País não tem reservas suficientes (atual-

mente estão próximas de US\$ 8 bilhões) nem capacidade de pagamento para fazer frente aos serviços da dívida externa, calculados em US\$ 15 bilhões, este ano. Na sua opinião, buscar financiamentos destinados a esses compromissos é desinteressante para o Brasil.

O êxito do Plano Collor é essencial para a renegociação da dívida externa. As recentes visitas da ministra Zélia Cardoso de Mello à Europa e do secretário Antonio Kandir aos Estados Unidos tiveram como resultado "o forte interesse de apoio às medidas corajosas adotadas pelo governo", disse Dauster. Ele revelou que a privatização vem despertando grande interesse no exterior, inclusive dos bancos comerciais credores, que, na atual concepção do governo, precisam ser conhecedores de que "queremos oferecer um retorno à parceria".

Dauster acredita ser possível uma redução substancial da dívida externa, utilizando todos os instrumentos disponíveis, como a transformação da dívida velha em nova, passando o principal título da dívida brasileira, o Multi Year Deposit Facilit Agreement (MYDFA), para bônus com desconto no principal e bônus com taxa de juros prefixada. Também estão em estudo as possibilidades de recompra, de reempréstimo e de conversão da dívida externa por investimento de risco ou exportação.